

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – SÃO PAULO
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

VINICIUS PRECIOSO

A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO JUVENTUDE VIVA
NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SÃO PAULO

2014

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – SÃO PAULO
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

VINICIUS PRECIOSO

A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO JUVENTUDE VIVA
NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SÃO PAULO

2014

RESUMO

Este trabalho analisa o início da implementação do Plano Juventude Viva na cidade de São Paulo, conduzida pela Prefeitura do município, por meio de sua Coordenação de Políticas para Juventude, da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania. O Plano é uma ação do governo federal, voltada à prevenção da violência letal e à ampliação dos direitos dos jovens negros do sexo masculino em territórios de alta vulnerabilidade social. Sua implementação em São Paulo teve início em 2013 e envolveu um Grupo de Trabalho Intersecretarial, o que dá a essa política pública um caráter transversal. A análise feita neste trabalho usou documentos da Secretaria Nacional de Juventude e da própria Prefeitura e também entrevistas com gestores públicos e organizações sociais envolvidas na temática.

PALAVRAS-CHAVE: JUVENTUDE, POLÍTICAS PÚBLICAS, RAÇA, IMPLEMENTAÇÃO, PREFEITURA DE SÃO PAULO E “JUVENTUDE VIVA”.

ABSTRACT

This study examines the early implementation of the Plano Juventude Viva in São Paulo, conducted by the Municipality of the city, through its Coordenação de Políticas para Juventude, of the Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania. The Plan is a federal government action, aimed at preventing lethal violence and the expansion of the rights of young black males in areas of high social vulnerability. Its implementation in São Paulo began in 2013 and involved an Interdepartmental Working Group, which gives the policy a crosscutting perspective. The analysis made in this paper uses documents of the Secretaria Nacional de Juventude and of the Municipality itself and also interviews with public officials and social organizations involved in the issue.

KEY-WORDS: YOUTH, PUBLIC POLICIES, RACE, PREFEITURA DE SÃO PAULO AND “JUVENTUDE VIVA”.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	5
2. O PLANO JUVENTUDE VIVA.....	6
3. REVISÃO TEÓRICA SOBRE O TEMA IMPLEMENTAÇÃO	10
4. A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO JUVENTUDE VIVA EM SÃO PAULO	12
5. ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO.....	16
6. CONCLUSÃO	20
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	21
8. ANEXOS.....	24

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho individual de conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas (MPGPP), da Fundação Getúlio Vargas, analisa o início da implementação do Plano Juventude Viva na cidade de São Paulo, conduzida pela Prefeitura do município. O Plano Juventude Viva é uma ação do governo federal, voltada à prevenção da violência letal e à ampliação dos direitos dos jovens negros do sexo masculino em territórios de alta vulnerabilidade social. Sua implementação em São Paulo teve início oficialmente em outubro de 2013, com o lançamento do Plano na cidade, mas já vem sendo discutida desde o início da gestão do prefeito Fernando Haddad, em janeiro de 2013, pelo chamado Grupo de Trabalho Intersecretarial.

A ideia central deste trabalho individual é, com base nas orientações sobre a implementação do Juventude Viva, fornecidas pelo próprio Plano para os municípios, analisar como está se dando na prática a implementação desta política pública na cidade de São Paulo.

Para fazer esta análise, o trabalho também buscará referências na bibliografia sobre implementação de políticas públicas, principalmente nos textos estudados na disciplina de Análise de Políticas Públicas, ministrada pela Professora Marta Farah, no próprio MPGPP.

O tema escolhido para este trabalho individual é fruto do Trabalho de Conclusão do MPGPP, feito em grupo, intitulado “Juventude Viva: Proposta de Indicadores de Avaliação de Resultados para Medir a Efetividade da Política Pública”, que propôs um sistema de indicadores de avaliação de resultado para o Juventude Viva. Assim, pensando no ciclo de políticas públicas, o trabalho em grupo focou a fase de avaliação do Plano. Já este trabalho individual versará sobre a fase de implementação, abordando um aspecto diferente da pesquisa feita em grupo, mas ainda assim dentro do tema proposto pelo Termo de Referência original do trabalho em grupo, termo esse que é a base para os trabalhos de conclusão do MPGPP.

Apesar de o trabalho de conclusão feito em grupo focar na esfera federal, foram realizadas discussões sobre o sistema de indicadores de avaliação proposto com organizações que trabalham com jovens na cidade de São Paulo. Também foram entrevistados funcionários da Coordenação de Juventude da Prefeitura de São Paulo. Essas conversas e entrevistas geraram elementos que são utilizados nas análises descritas neste trabalho individual.

No capítulo “O Plano Juventude Viva”, é apresentada uma breve contextualização do tema juventude e uma síntese do Plano, contendo modo de funcionamento, objetivos, eixos e

outros dados necessários ao entendimento da própria ação, bem como instruções para sua implementação nos municípios.

O capítulo “Revisão Teórica sobre o Tema Implementação” repassa parte da bibliografia sobre implementação de políticas públicas de forma a contribuir para a análise do Juventude Viva no município de São Paulo.

O núcleo central do trabalho concentra-se nos capítulos “A Implementação do Plano Juventude Viva em São Paulo” e “Análise da Implementação”, em que se discute como a política pública federal está sendo implementada na prática na cidade de São Paulo.

Espera-se que este trabalho possa contribuir com as discussões sobre o Plano Juventude Viva, bem como apoiar o aperfeiçoamento dessa política pública, trazendo mais atenção ao tema de que ela trata: a ampliação dos direitos dos jovens, principalmente os negros.

2. O PLANO JUVENTUDE VIVA

a) Contextualização

A ideia do jovem como um sujeito de direitos é relativamente recente na história brasileira. Antes da Constituição de 1988, o jovem era visto como um problema, cuja única solução é o enquadramento por meio de punições severas e da privação de liberdade. Na maior parte da nossa história, desde a Colônia, não há nem sequer menção à juventude enquanto uma temporalidade ou processo de formação entre a criança e a fase adulta. O Estado era ausente, e as ações de amparo às crianças e aos adolescentes baseavam-se em iniciativas individuais, dentro da filosofia da caridade.

A mudança do paradigma do jovem como problema para o entendimento do jovem como um sujeito de direitos tem início no pós-1988, principalmente na década de 1990. Para isso, foi importante a influência da agenda internacional, principalmente da Organização das Nações Unidas (ONU), que passa a enxergar a transição entre a infância e a vida adulta como uma etapa importante, que precisa ser melhor compreendida e respeitada, especialmente numa sociedade cada vez mais complexa e avançada social e tecnologicamente. Em 1985, a ONU celebra o “Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz”, tendo como foco a importância dos jovens e a sua contribuição para o desenvolvimento social.

As ideias vindas do exterior encontraram ressonância entre as organizações brasileiras, que vinham lutando pela garantia de direitos para crianças, adolescentes e jovens. Esse

movimento influenciou a Constituição de 1988 e a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, ambos ampliando os direitos desses segmentos da população.

Em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso, propõe-se a adoção da faixa etária de 15 a 24 anos como a estabelecida para o segmento jovem e ganha força a ideia de considerar os anseios dos próprios jovens na formulação de políticas para a juventude. Outro ponto importante desse governo foi a valorização de ações de capacitação técnica e profissional do jovem e de programas para o primeiro emprego.

No governo Luiz Inácio Lula da Silva, há uma ampliação da faixa etária em que se enquadrada a juventude, estendendo-a até os 29 anos. Em 2005, foram instituídos a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). Vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, cabe à SNJ a tarefa de formular, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude, além de promover programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para as políticas juvenis.

O governo Dilma Rousseff deu continuidade a maioria das ações dos governos anteriores e também buscou uma maior transversalidade na implementação dos programas. Depois de quase 10 anos de tramitação, o Estatuto da Juventude, tratando dos direitos da população jovem de 15 a 29 anos e definindo princípios e diretrizes para o fortalecimento e a organização das políticas de juventude, em âmbito federal, estadual e municipal, é aprovado em julho de 2013 pelo Congresso Nacional e sancionado pela presidente no mês seguinte.

Todos esses avanços na agenda da juventude conviveram, e ainda convivem, com o paradigma anterior do jovem como problema, ainda presente em nossa sociedade. As antigas Febem's, por exemplo, mudaram de nome para se adequar ao ECA, mas, na prática, ainda se prestam mais à punição do que a garantia de direitos. Além disso, movimentos sociais e organizações da sociedade civil chamam a atenção para a violência contra a juventude, principalmente a negra. A importância dessa pauta, depois de vários anos de discussão que atravessaram diversos governos, resultou na criação do Juventude Viva.

b) O Plano

O Juventude Viva é uma iniciativa do governo federal para ampliar direitos e prevenir a violência letal que atinge a juventude brasileira, principalmente jovens negros moradores da periferia de grandes e médias cidades. Sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude e da Secretaria de Políticas de

Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), reúne ações de diversos ministérios e é executado em parceria com municípios e estados em territórios atingidos por altos índices de violência.

Segundo o “Guia de Implementação e Monitoramento de Políticas de Redução da Vulnerabilidade e Prevenção da Violência contra Jovens Negros em Municípios”, elaborado pelo consultor Pedro Aguerre para o Plano, o Censo de 2010 mapeou 51.330.566 jovens de 15 a 29 anos no Brasil, o que representa um percentual de 27% da população total. Desses, 53,7% declaram-se pretos e pardos, compondo a categoria étnico-racial dos negros, com 27,5 milhões de indivíduos. Com divisão equitativa quanto a gênero, a maioria nasceu e vive no meio urbano: 84,8%. Ainda segundo o guia, os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no país e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Dados do Ministério da Saúde, apresentados pelo “Mapa da Violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil”¹, mostram que mais da metade (53,3%) dos 49.932 mortos por homicídios em 2010 eram jovens, com maior incidência na faixa entre 20 e 25 anos, dos quais 76,6% negros (pretos e pardos) e 91,3% do sexo masculino:

“Até os 12 anos de idade as taxas de homicídio entre brancos e negros não se diferenciam. A partir dessa idade, contudo, observa-se uma escalada de crescimento da violência homicida, tanto branca quanto negra, atingindo o ponto máximo na faixa de 20 a 21 anos de idade. No intervalo que vai dos 12 aos 21 anos, porém, o crescimento passa a ser muito mais acentuado entre os negros: as taxas para as pessoas brancas passam de 1,3 para 37,3 em cada 100 mil (crescimento de 29 vezes). Já as taxas para negros passam, nesse mesmo intervalo, de 2,0 para 89,6, representando um incremento de 44 vezes” (AGUERRE, 2014, p. 14).

Dados como esses vêm sendo divulgados por organizações da sociedade civil há alguns anos e discutidos por diversos governos. Em julho de 2011, a SNJ e a SEPPIR deram início ao processo participativo de discussão e elaboração do Juventude Viva.

O Plano reúne ações de prevenção que visam reduzir a vulnerabilidade dos jovens a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia; da oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência em territórios que concentram altos índices de homicídio; e do aprimoramento da atuação do Estado por meio do enfrentamento ao racismo institucional e da sensibilização de agentes públicos para o problema. Para isso, pactua as ações com estados, municípios e sociedade civil e busca firmar parcerias com Judiciário, Ministério Público e Defensorias para a promoção dos direitos da juventude. Na prática, o Juventude Viva unifica ações de diversos programas do governo

¹ IPEA\SAE - Políticas Sociais: acompanhamento e análise – Capítulo 8 Igualdade Racial. P. 317, 318. 2012.

federal, como Projovem, Pronatec, Pontos de Cultura e Plano Brasil Mais Seguro, entre outros, visando, com isso, insuflar a localidade com políticas sociais inclusivas voltadas aos jovens negros. Essas ações que compõem o Plano estão divididas em quatro eixos: Desconstrução da Cultura de Violência; Inclusão, Oportunidades e Garantia de Direitos; Transformação de Territórios; e Aperfeiçoamento institucional.

As políticas e os programas do Plano são direcionados à juventude, com especial atenção aos jovens negros de 15 a 29 anos do sexo masculino, em sua maioria com baixa escolaridade, moradores dos bairros com maiores índices de homicídios. A prioridade é para os jovens em situação de exposição à violência, como aqueles que se encontram ameaçados de morte, em situação de violência doméstica, em situação de rua, cumprindo medidas socioeducativas, egressos do sistema penitenciário e usuários de crack e outras drogas.

Para a implementação do Plano, foram priorizados 142 municípios brasileiros que, em 2010, de acordo com os dados do DATASUS do Ministério da Saúde, concentraram 70% dos homicídios de jovens negros com idade de 15 a 29 anos². Cada município seleciona, com base nos dados do IBGE e DATASUS, os bairros com maior vulnerabilidade social e incidência de homicídios. Os bairros selecionados são priorizados na implantação de equipamentos e serviços voltados prioritariamente aos jovens. O Plano pretende ainda que cada um desses territórios conte com um Núcleo de Articulação Territorial, com representação de gestores públicos e representantes da sociedade civil, responsáveis por coordenar a implementação das ações.

c) Implementação do Juventude Viva nos territórios

Segundo o site de divulgação do Plano³, há duas modalidades de adesão e implementação do Juventude Viva:

- Adesão Pactuada: com a implementação coordenada pelo governo federal, em parceria com municípios e estados convidados a aderirem ao Juventude Viva. Há pactuação específica de ações federais para os territórios e lançamento estadual ou municipal do Plano com a presença do governo federal. Essas localidades seguem uma estratégia de expansão gradual e progressiva definida pelo Comitê Gestor Federal do Plano (CGJuV), seguindo critérios das maiores taxas de homicídios contra jovens negros e regionalização. Estes estados e seus municípios, que fazem parte da lista dos 142 prioritários, também devem assinar o termo de adesão padrão aprovado pelo governo federal;

² A lista completa dos 142 municípios prioritários está disponível nos anexos deste trabalho.

³ Disponível em <http://www.juventude.gov.br/juventudeviva/aqui-tem-juventude-viva> (acessado em 22.08.2014).

- Adesão Voluntária: pode ser realizada por qualquer município, mesmo que fora da lista dos 142 prioritários, em qualquer momento, desde que siga os passos descritos para validação da adesão.

Em relação à responsabilidade de cada ente federativo no que tange à implementação do Plano, cabe ao governo federal induzir a participação dos entes federados e coordenar o Juventude Viva, por meio do oferecimento de apoio técnico, do estabelecimento de diretrizes e do acompanhamento e monitoramento de sua execução. Os estados, por sua vez, dentro das diretrizes traçadas pela União, devem elaborar o seu próprio plano estadual e, em articulação com os municípios, implementar ações. Por fim, será de responsabilidade dos municípios a elaboração de seus respectivos planos, formar núcleos de articulação territorial e definir os territórios que sofrerão a ação, bem como a divulgação do Plano.

A adesão dos entes federativos não implica repasse automático de recursos. Assim, caso necessite de verba extra para executar suas ações, o município ou o estado deve apresentar projetos específicos em editais abertos em cada um dos ministérios participantes do Plano. Também está previsto no Juventude Viva o fomento a diversos mecanismos de participação (como Comitês, Fóruns e Conselhos).

É possível afirmar que, do modo como foi estruturado, o Plano Juventude Viva reconhece dois problemas estruturantes do Estado como responsáveis pelo alto índice de homicídios: exclusão social do jovem negro – e, por isso, a necessidade de inclusão socioeconômica e ampliação dos espaços de lazer – e a violência institucional do Estado.

3. REVISÃO TEÓRICA SOBRE O TEMA IMPLEMENTAÇÃO

Segundo Secchi (2013), o ciclo de políticas públicas é um esquema de visualização que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes. O autor destaca as setes principais fases, em sua visão: 1) identificação do problema; 2) formação da agenda; 3) formulação de alternativas; 4) tomada de decisão; 5) implementação; 6) avaliação, 7) extinção.

Entretanto, na vida prática, não há uma separação tão linear ou mesmo cronológica dessas etapas e, em alguns casos, elas acontecem simultaneamente. Essa divisão serve, entre outras coisas, para facilitar a análise e o estudo das políticas públicas:

“Apesar de sua utilidade heurística, o ciclo de políticas públicas raramente reflete a real dinâmica ou vida de uma política pública. As fases geralmente se apresentam misturadas, as sequências se alternam.” (SECCHI, 2013, p. 43)

Segundo Subirats, Knowepfel, Larrue e Varone (2012), implementação é “o conjunto de processos que, após a fase de formulação, tendem à realização concreta dos objetivos de uma política pública”. Por isso, dentro do ciclo, a implementação é uma etapa importante, pois é nela que as teses e as ações elaboradas na fase de formulação da política são colocadas em prática, podendo se mostrar corretas ou equivocadas. Caso estejam equivocadas, a política possivelmente terá de passar por ajustes ou, em alguns casos, chega a ser abandonada. É também na fase de implementação que os atores envolvidos no processo se encontram, como os burocratas responsáveis por executar a ação, os destinatários daquela política pública e eventuais fornecedores de produtos e serviços, entre outros.

Hill (2006) lista uma série de conselhos para altos formuladores de políticas sobre como assegurar uma implementação efetiva:

- Manter a política clara, não ambígua;
- Planejar estruturas simples de implementação, com o menor número possível de elos na cadeia de implementação;
- Manter controle efetivo sobre os atores da implementação;
- Evitar interferências externas sobre o processo político.

Diversos autores, entre eles Sabatier (1986), destacam dois modelos de implementação de políticas públicas:

- *Top-down* (ou de cima para baixo): faz uma separação clara entre o momento da formulação e o da implementação da política pública, encarando essas duas etapas como fases consecutivas. Segundo Secchi, o *top-down* “parte de uma visão funcionalista e tecnicista de que as políticas públicas devem ser elaboradas e decididas pela esfera política e que a implementação é mero esforço administrativo de achar meios para os fins estabelecidos” (SECCHI, 2013, p. 60). Esse modelo de cima para baixo também é usado para eximir de culpa os formuladores em relação aos problemas de implementação, ficando a responsabilidade das falhas de execução da ação para os agentes implementadores (por exemplo, professores, profissionais de saúde, policiais, etc.);
- *Bottom-up* (ou de baixo para cima): no qual os implementadores teriam uma maior participação na definição do problema e na busca de soluções durante a implementação,

para que, em seguida, os tomadores de decisão legitimem as práticas já testadas. “Nesse modelo, o formato que a política pública adquiriu após a tomada de decisão não é definitivo, e a política pública é modificável por aqueles que a implementam no dia a dia. (...) Esse papel de remodelação da política pública por aqueles que a implementam não é entendido como um desvirtuamento, mas sim como uma necessidade daquele que depara com os problemas práticos de implementação” (SECCHI, 2013, p. 61).

Outra finalidade de separar os modelos entre *top-down* e *bottom-up* é facilitar a pesquisa e a análise da fase de implementação. Quem observa a implementação a partir de uma perspectiva *top-down* privilegia a atenção aos documentos que formalizam os detalhes da política pública, como seus objetivos, forma de estruturação, público-alvo e abrangência, entre outros, para depois verificar em campo as possíveis falhas. Já o olhar na perspectiva *bottom-up* se dá pela observação empírica de como a política pública vem sendo aplicada na prática, suas estratégias e os obstáculos que vêm enfrentando, para, em seguida, analisar como ela deveria ser e buscar compreender as falhas e problema no processo de elaboração da política pública.

4. A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO JUVENTUDE VIVA EM SÃO PAULO

a) Contexto

O município de São Paulo está entre os 142 municípios considerados prioritários para a implantação do Plano Juventude Viva⁴. Ele ocupa a posição de número 12 nesse ranking e possui 1.184.058 jovens negros, dos quais 358 morreram em 2010 por agressão, segundo dados do Datasus/Sim de 2010. Isso resultou numa taxa de 30,24 homicídios para cada 100 mil habitantes, bem superior à taxa de mortalidade média da população em geral, que, no mesmo ano, foi de 12,97 homicídios por 100 mil habitantes.

A Prefeitura de São Paulo aderiu ao Plano na modalidade de Adesão Pactuada, passando a reunir esforços com o governo federal e a sociedade civil na luta contra a violência que atinge a juventude, especialmente a negra.

A seguir, serão narrados os principais fatos que marcaram a implementação do Juventude Viva na cidade de São Paulo. A maioria das informações aqui mencionadas foram

⁴ A lista completa dos 142 municípios prioritários está disponível nos anexos deste trabalho.

extraídas do documento “Terceiro Produto para a consultoria do edital nº 001/2013”, elaborado pela consultora Eliane Barbosa da Conceição para o PNUD e para a Secretaria Nacional de Juventude, em fevereiro de 2014. Outras provêm de entrevistas realizadas com:

- A própria Eliane Barbosa da Conceição, doutora em Administração de Empresas pela FGV-EAESP e que atuou como consultora do Plano Juventude Viva, acompanhando sua implementação em São Paulo;
- Fernanda Arantes, coordenadora-adjunta da Coordenação de Políticas para Juventude da Prefeitura de São Paulo;
- Gabriel Medina, coordenador-geral da Coordenação de Políticas para Juventude da Prefeitura de São Paulo.
- Colaboradores das ONG Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo (CDHEP) e Sociedade Santos Mártires, cujas organizações atuam nos distritos de Capão Redondo, Capão Bonito, Jardim Ângela e Jardim São Luís, escolhidos como prioritários para a implementação do Juventude Viva.

b) Grupo de Trabalho Intersecretarial

Um dos primeiros atos do governo do prefeito Fernando Haddad, em 15 de janeiro de 2013, foi a Portaria de número 42, instituindo o Grupo de Trabalho Intersecretarial para o Plano Juventude Viva (GTI-JV), composto por dois representantes, um titular e um suplente, das seguintes secretarias municipais: de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC); de Coordenação das Subprefeituras (SMCSP); de Segurança Urbana (SMSU); de Educação (SME); da Saúde (SMS); de Cultura (SMC); do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (MDTE); de Esportes, Lazer e Recreação (SMELR); de Promoção da Igualdade Racial (SMPIR); de Políticas para as Mulheres (SMPM); de Assistência e Desenvolvimento Social; e de Comunicação (SEMADS).

Essa portaria marcou a pré-adesão do município ao Plano. A Prefeitura só aderiu formalmente ao Juventude Viva, em outubro de 2013, depois de concluir a elaboração do Plano Municipal de Prevenção da Violência contra a Juventude Negra de São Paulo, que reúne ações municipais e federais para cada eixo do Juventude Viva, apontando os indicadores para o monitoramento, prazos, metas e estratégia para a implementação das ações:

“O Plano Municipal também permite identificar as secretarias responsáveis pela adesão, implementação e coordenação de cada ação que o compõe, além de indicar os períodos para o monitoramento e avaliação das ações. Coordenaram a sua elaboração a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) – por meio da Coordenação de Política para Juventude, que a integra – e a Secretaria Municipal de

Promoção da Igualdade Racial (SMPIR), ambas da Prefeitura Municipal de São Paulo.” (CONCEIÇÃO, 2014, p. 6)

Segundo o relatório de Eliane Barbosa da Conceição, apesar de o Juventude Viva ter sido percebido como necessário e urgente por uma significativa parte dos representantes das secretarias:

“Isso não significa dizer, no entanto, que houvesse unanimidade na compreensão de que o jovem negro deveria se constituir no beneficiário prioritário do Plano. Ou seja, apesar de as secretarias se mobilizarem facilmente em torno do objetivo de prevenção da violência contra a juventude, houve no início certa resistência em enxergar o jovem negro como aquele que se encontra em situação de maior vulnerabilidade social, conseqüentemente, em situação de maior vulnerabilidade à violência letal.” (CONCEIÇÃO, 2014, p. 12)

Da primeira reunião do Grupo de Trabalho, realizada em março, até o lançamento efetivo do Juventude Viva em outubro, foram onze reuniões, que envolveram ações de formação, discussões técnicas para a construção do Plano propriamente dito e diálogos com a sociedade civil. Em relação a esse diálogo com a sociedade civil, ele se deu informalmente entre a coordenação do Plano e entidades presentes nos territórios considerados prioritários, mas também formalmente, como na reunião de 24 de julho, em que o trabalho do GT foi apresentado às organizações da sociedade civil. Entre as instituições presentes, uma parte havia participado do processo de construção do Juventude Viva em nível federal e se mostrou satisfeita com o avanço em São Paulo. Entretanto, algumas organizações acharam o Plano limitado para o enfrentamento ou prevenção da violência contra a juventude negra, especialmente por não destinar ações para duas importantes áreas: a Polícia Militar e o combate às drogas.

c) Diagnóstico

Uma das primeiras ações da coordenação do Plano foi realizar uma pesquisa sobre a juventude paulistana e os distritos mais atingidos pela violência letal. A ideia era conhecer a realidade dessas regiões para aproximar as ações do Juventude Vida ainda mais do dia a dia dos seus futuros beneficiários, bem como mapear os territórios prioritários para sua implementação. A consolidação desses dados foi apresentada na primeira reunião do Grupo de Trabalho Intersecretarial, em 8 de março, na qual a SDHC e SMPIR se comprometeram a fazer uma lista com os equipamentos públicos de educação, saúde, cultura e assistência social nos territórios prioritários, para que, na sequência, os membros do GT indicassem, a partir da lista, potenciais articuladores internos em cada equipamento. Para os representantes das secretarias, ficou a tarefa de identificar nos territórios os possíveis parceiros para a implementação do Plano, como

servidores públicos sensíveis ao tema e movimentos sociais e entidades que poderiam figurar como parceiras.

Os dados do diagnóstico mostram que os jovens negros realmente se encontram em situação de maior vulnerabilidade do que os brancos, principalmente no que tange ao acesso à educação e à renda. Esse cenário, entre outros fatores, é fruto dos efeitos da desigualdade racial acumulados por várias gerações. Também foram levantados dados sobre a violência no município e em seus distritos, para se conhecer aqueles em que o problema tratado pelo Plano é mais grave. Para esses distritos prioritários, foi feito um mergulho mais profundo nos dados estatísticos, mas houve uma série de dificuldades para encontrar informações nesse nível dos territórios, principalmente no que tange a séries históricas. Isso levou a Coordenação de Juventude da Prefeitura a considerar a elaboração do Mapa da Juventude como uma de suas ações prioritárias, reservando orçamento para realizar essa pesquisa em 2014.

d) Meta 43

Outro marco importante da implementação do Juventude Viva em São Paulo foi a sua inclusão no Programa de Metas 2013-2016 da Prefeitura⁵. Lançado em março e composto por 143 metas, ele traz o Plano em sua meta 43: “Implementar as ações do Plano Juventude Viva como estratégia de prevenção à violência, ao racismo e à exclusão da juventude negra e de periferia”⁶.

e) Adesão formal

Por fim, em 25 de outubro de 2013, ocorreu uma cerimônia de lançamento do Plano Municipal, que também selou o ato de adesão formal do Município de São Paulo ao Plano Juventude Viva. Na oportunidade, o Grupo de Trabalho foi transformado, por meio de decreto municipal, no Comitê Gestor Intersecretarial.

O Plano Municipal de Prevenção da Violência contra a Juventude Negra de São Paulo é resultado da sistematização das ações que as secretarias integrantes do então Grupo de Trabalho se comprometeram a desenvolver:

⁵ O Programa de Metas é uma exigência da Lei Orgânica do Município de São Paulo desde 2008, ano no qual uma mobilização da sociedade civil conseguiu fazer com que a Câmara Municipal aprovasse a criação do Programa de Metas. A partir daquele momento, todo Prefeito eleito tem a obrigação de apresentar, em até noventa dias após a sua posse, um Programa que descreva as prioridades de seu governo, explicitando as ações estratégicas, os indicadores e as metas quantitativas para cada um dos setores da administração pública municipal.

⁶ O Programa de Metas 2013-2016 da Prefeitura de São Paulo pode ser conhecido no site <http://planejasampa.prefeitura.sp.gov.br/metad/>

“Cada ação foi organizada tendo como parâmetro três dimensões: (i) os eixos do Plano Juventude Viva; (ii) a sua natureza, no que concerne à responsabilidade de seu órgão executor; e (iii) sua origem, no que diz respeito à unidade federativa responsável por seu desenho e financiamento (governo federal ou municipal). Assim, considerando a primeira dimensão, as ações foram agrupadas em função de um dos quatro eixos do Plano Juventude Viva; em relação à segunda, elas foram classificadas como Imediatas e Compartilhada; e no que concerne à terceira dimensão, como ações municipais ou federais. Considerando a segunda dimensão, uma vez que a primeira e a última são mais auto evidentes, podemos dizer que as Ações Imediatas são aquelas de responsabilidade direta de uma das secretarias que coordenam o Plano Municipal, enquanto as Compartilhadas são as de responsabilidade de uma das demais secretarias que se comprometeram a executar ações no âmbito do Plano Municipal.” (CONCEIÇÃO, 2014, p. 35)

De fato, depois do lançamento, novas metas foram incluídas no Plano e, na fase atual, as Secretarias estão trabalhando na construção de indicadores e estratégias para a implementação e o monitoramento das ações. Com o Plano desenhado, a preocupação da coordenação se voltou para outros desafios, como implementação e monitoramento das ações; atribuições do Comitê Regional Local; e mapeamento mais detalhado dos territórios, buscando identificar áreas que precisam de ações focalizadas num primeiro momento.

As atividades do Juventude Viva serão desenvolvidas nos distritos de Campo Limpo, Capão Redondo, Jardim São Luis, Jardim Ângela, Brasilândia, Pirituba, Itaim Paulista, Itaquera, Jardim Helena e São Mateus. Em junho de 2014, a SMDHC publicou um edital no Diário Oficial do município para contratar 21 articuladores para o Plano, preferencialmente jovens residentes dos distritos onde a ação será implementada. Os articuladores têm a tarefa de construir parcerias com organizações da sociedade civil e grupos e coletivos de jovens, com o objetivo de promover a mobilização social para a implementação do Plano nos territórios, entre outras atividades. Eles são responsáveis pela mobilização e acompanhamento das ações nos territórios.

Também em junho foi assinada uma parceria com a Unicamp para a produção da primeira fase do Mapa da Juventude, que vai aprofundar o diagnóstico já realizado na fase de pré-adesão do município ao Plano.

5. ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO

Pode-se dizer que a análise da implementação do Plano Juventude Viva feita a seguir adota uma perspectiva *top-down*, metodologia já apresentada no capítulo 3 deste trabalho. Isso porque ela se baseou muito mais na análise de documentos que formalizaram os detalhes da

ação, como seus objetivos, orientações aos municípios, formas de adesão e definição do público-alvo, e também em entrevistas com os agentes públicos responsáveis pela sua implementação, como também já foi citado no capítulo 4.

Além disso, o Juventude Viva, mesmo em nível federal, é uma ação recente, em fase de aplicação nos territórios. No que tange à Prefeitura de São Paulo, como já descrito anteriormente, a mobilização até o momento se concentrou principalmente no nível da administração municipal e começa agora a ser apresentada nos territórios. A implementação propriamente dita se dará de forma mais acentuada quando os 21 articuladores que estão sendo contratados pela Coordenação de Políticas para Juventude, da SMDHC, começarem a atuar nos distritos definidos como prioritários.

Pelos materiais analisados e entrevistas realizadas, pode-se dizer que, até aqui, a formulação e a implementação do Juventude Viva em São Paulo se deu também de forma *top-down*, com muitas discussões e articulações entre os agentes públicos, mas baixo envolvimento relativo de organizações que trabalham com a juventude e dos próprios jovens. A sociedade civil, como dito anteriormente, participou de algumas reuniões do Grupo de Trabalho Intersecretarial, mas num papel de audiência, e não de protagonista. Provavelmente, nesta nova fase do Plano, com a entrada dos articuladores locais nos distritos considerados prioritários, haverá uma maior participação dos beneficiários, influenciando a implementação da ação. E isso deve, inclusive, moldar a aplicação do Plano nesses territórios, adequando-o as diversas realidades da cidade.

Aliás, a dimensão e as características próprias de uma cidade como São Paulo já provocaram mudanças entre o Plano que foi proposto em nível federal e o que está sendo implementado no nível do município. Na entrevista realizada com a Coordenação de Políticas para Juventude, os representantes ouvidos disseram que o Juventude Viva do governo federal prevê somente dois articuladores por município. Como já dito, em São Paulo, além desses dois articuladores, estão sendo contratados mais 21, para atuarem nos 10 distritos definidos como prioritários, distritos esses que, por sinal, possuem populações muitas vezes maiores do que a maioria dos municípios brasileiros.

O tamanho da cidade e a velocidade com que as coisas acontecem em São Paulo também dificultaram a escolha dos distritos prioritários. Após a definição dos territórios onde o Plano aconteceria prioritariamente, com base nos dados oficiais que mostravam onde havia maior concentração de homicídios de jovens no município, houve aumento dos casos em outros distritos, como Sapopemba e Cidade Tiradentes, fazendo com que fossem realizadas novas

articulações, que devem resultar na ampliação das ações do Plano para novos territórios antes do que foi previsto.

O fato de o Juventude Viva ser uma política pública transversal também se apresenta como uma dificuldade para sua implementação. Como a Coordenação não tem ingerência sobre as ações compartilhadas que fazem parte do Plano em nível municipal, fez-se necessário um esforço de articulação e convencimento para que as secretárias por elas responsáveis se comprometessem, não apenas a incluí-las em seus Programas de Metas, mas também destinar esforços e recursos para implementá-las. Por outro lado, a Coordenação de Juventude da SMDHC vê nessa transversalidade um dos principais ganhos do Juventude Viva, pois ela abre espaço para que este tema seja discutido na agenda das secretarias.

“Em sua essência, o Grupo de Trabalho Intersecretarial atuou como uma instância de construção de uma política transversal. (...) Foi esse o princípio que orientou a implementação do Plano Juventude Viva em São Paulo, as secretarias municipais de Direitos Humanos e Cidadania e de Promoção da Igualdade Racial tiveram como missão pautar temas como ‘vulnerabilidade à violência letal’, ‘discriminação racial’, ‘racismo institucional’ e ‘territorialização de políticas públicas’ nas agendas das demais secretarias que integravam o GTI, e hoje integram, o Comitê Gestor Intersecretarial.” (CONCEIÇÃO, 2014, p. 14)

Ainda no tema da transversalidade, um ponto importante do Juventude Viva e que tem relação com o seu eixo 4 (Aperfeiçoamento institucional) é a articulação com outras esferas e órgãos de governo. A Coordenação de Políticas para Juventude começou diálogos com o Governo do Estado de São Paulo, que até o momento não aderiu ao Juventude Viva, para falar com órgãos e secretarias cujas ações também impactam os jovens. A maior resistência foi encontrada na Polícia Militar, e ela se deveu mais ao tema abordado pelo Plano do que por se tratar de outra esfera de governo. Na conversa com a Prefeitura, mesmo quando confrontada com pesquisas e dados, a polícia não reconheceu a sua parcela de responsabilidade no tema da violência contra os jovens, nem na questão racial envolvida no Juventude Viva.

Um fato interessante da implementação em São Paulo foi que em janeiro de 2013 foi realizada a chamada pré-adesão ao Plano junto ao governo federal. A partir daí o Grupo de Trabalho Intersecretarial estudou a viabilidade de implementar o Juventude Viva na cidade, para, somente em outubro, realizar a adesão formal e a assinatura do convênio. Na avaliação da Coordenação de Políticas para Juventude, da SMDHC, isso foi importante para que eles pudessem planejar as ações com mais calma, sem sofrer pressões da sociedade civil para que elas começassem a ser realizadas imediatamente, principalmente porque os movimentos negro e jovem já conheciam o Plano em nível federal.

Outro ponto levantado na entrevista com a Coordenação de Políticas para Juventude foi que, na apresentação do Plano para organizações da sociedade civil dos distritos escolhidos, uma reclamação recorrente era de que o Juventude Viva não traz nenhuma ação nova para o território. Como ele é uma política transversal, que reúne ações de diversos ministérios, no nível federal, e das secretarias municipais, no nível local, seus programas e suas ações já são conhecidos pelos beneficiários. As organizações chegaram inclusive a dizer que elas já aconteceriam com ou sem o Juventude Viva, afirmando também que não há “dinheiro novo” para o Plano. Isso fez com que a Coordenação de Políticas para Juventude pensasse em ações exclusivas para o Juventude Viva em São Paulo. Uma das que estava prevista para acontecer era o lançamento de um edital para apoiar projetos sociais da sociedade civil e dos jovens nas localidades atendidas pela ação. Esses editais seriam feitos com recursos próprios da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, sem usar verba federal. Outra ideia é criar um Portal da Juventude na cidade de São Paulo, reunindo principalmente os resultados do Mapa da Juventude, que está sendo produzido. A Coordenação também prevê realizar uma campanha nos meios de comunicação para chamar atenção para a violência contra o jovem negro, na linha do que prevê o eixo 1 do Juventude Viva (Desconstrução da Cultura de Violência).

Duas organizações que trabalham com jovens e que estão participando das discussões sobre a implementação do Juventude Viva em São Paulo também foram ouvidas para este trabalho: Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo (CDHEP) e Sociedade Santos Mártires. Ambas atuam há 20 anos, sendo reconhecidas por outras entidades e pelo poder público pela importância de seu trabalho com a juventude na região de Capão Redondo, Capão Bonito, Jardim Ângela e Jardim São Luís. Nesses territórios, o número de óbitos por homicídio de jovens do sexo masculino de 15 a 29 anos por cem mil habitantes dessa faixa etária e sexo está acima da média da cidade, que é de 26,52⁷. No Capão Redondo, onde fica a sede do CDHEP, o índice é de 47,12 jovens do sexo masculino de 15 a 29 anos vítimas de homicídio por cem mil habitantes dessa faixa etária e sexo. No Jardim Ângela, onde atua a Sociedade Santos Mártires, o número é de 71,68, o segundo pior entre os distritos paulistanos, perdendo somente para o Campo Limpo com 82,37. Apesar desses dados extremos, há um relativo descrédito por parte das organizações sobre a forma como determinados dados,

⁷ Segundo dados do Pro-Aim (Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade no Município de São Paulo)/SMS (Secretaria Municipal de Saúde), de 2011, atualizado em 30 de agosto de 2012. As informações foram consultadas no site do Observatório Cidadão, da Rede Nossa São Paulo, em http://www.nossasaopaulo.org.br/observatorio/analises_distritos.php?tema=14&indicador=76&ano=2011®iao=19#info (acessado em 05.07.2014).

principalmente os relacionados a letalidades do público jovem, são coletados, processados e divulgados. Na visão deles, essa realidade pode ser ainda pior.

As ONGs fizeram algumas sugestões para a implementação do Juventude Viva. A principal delas foi o desejo de que o Plano seja institucionalizado, transformando-se em uma política pública perene, que não seja ameaçada pelas mudanças de governo. Outra diz respeito às jovens mulheres, que não são alvo do Plano. Apesar de não morrerem de forma tão contundente como os homens jovens, elas também sofrem com a violência, principalmente a doméstica e também com a gravidez não-planejada. As organizações também reclamaram, como já foi dito anteriormente, que o Juventude Viva ainda não trouxe novas ações para os territórios, mas, por outro lado, afirmam que o Plano ajudou a jogar luz sobre o tema da violência letal contra os jovens negros. Dizem que, mesmo após anos de trabalho com a causa da juventude, nunca havia trabalhado esse tema de forma tão específica.

6. CONCLUSÃO

Mesmo tendo sido oficialmente lançado em outubro de 2013 na cidade de São Paulo, o Plano Juventude Viva ainda está na fase inicial de implementação no município. A necessidade de pactuar as ações e de promover articulações com as secretarias, por meio do Grupo de Trabalho Intersecretarial, e também o levantamento de dados sobre juventude e violência na cidade e nos territórios prioritários de atuação foram as principais ações até o momento.

Também chama atenção a conquista de inserir o Plano como uma das metas do Programa de Metas da Prefeitura de São Paulo para a gestão 2013-2016. Isso dá status prioritário para a política pública, dando mais visibilidade para a sua execução ou não nos próximos anos.

Na análise feita neste trabalho, nota-se que uma das principais características do Juventude Viva é seu caráter de política transversal. Isso se apresenta como um desafio na hora de articular as ações em diversos níveis dentro da própria municipalidade, mas também fora dela. Na própria Prefeitura, isso está aparentemente equacionado pela criação do Grupo de Trabalho Intersecretarial, que depois se tornou o Comitê Gestor Intersecretarial do Plano. Mesmo assim, a articulação exige grande esforço da equipe da Coordenação de Políticas para Juventude, que, por outro lado, também vê nessa transversalidade um dos principais ganhos do

Juventude Viva, já que ele abre espaço para que o tema da violência contra a juventude negra seja discutido na agenda das secretarias.

No que tange à relação com o governo federal, a Coordenação e alguns atores da sociedade civil ouvidos reclamam que o Juventude Viva não traz consigo um pacote de políticas prontas, mas, na verdade, aproveita-se de ações governamentais já existentes, colocando um “carimbo” do Plano nos programas em que há possibilidade de articulação com o tema enfrentado. Esses atores ouvidos acham difícil que programas federais já consolidados, como o Mais Educação⁸, por exemplo, mudem sua forma de atuar para se adequar ao Juventude Viva. No caso de São Paulo, o Juventude Viva também não teria facilitado a burocracia para concretizar convênios com os diversos ministérios.

Por outro lado, o fato de não se constituir num pacote pronto de ações faz com que o Juventude Viva não seja “engessado” e abre espaço para que o município coloque a sua própria marca no Plano, adaptando-o à sua realidade.

Como já dito anteriormente, apesar de ser novo, o Juventude Viva já está servindo para colocar o assunto da violência contra a juventude negra e pobre na agenda da sociedade. Isso por si só já seria um resultado importante da implementação do Plano, fortalecendo o potencial da política para mudar essa realidade.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUERRE, Pedro. **Guia de implementação e monitoramento de políticas de redução da vulnerabilidade e prevenção da violência contra jovens negros em municípios**. Relatório: Produto 1 para a Consultoria do PROJETO BRA/05/021 – PNUD, 2014.

BRASIL. **Métodos e Ferramentas de Gestão Estratégica do Plano Juventude Viva para Construção de Diagnóstico Local**. Apresentação Prezzi cedida por Fernanda Papa, durante entrevista com os autores.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Guia de Implementação do Plano Juventude Viva no seu Município**. Brasília, 2013.

CASTRO, Carmem Lúcia Freitas de (org.) (et al.). **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: Ed. UEMG, 2012.

⁸ O Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; LEON, De Alessandro (Orgs.). **Juventude: tempo presente ou tempo futuro? Dilemas em propostas de políticas de juventude.** São Paulo: GIFE, 2007.

CONCEIÇÃO, Eliane Barbosa da. **Terceiro Produto para a consultoria do edital nº 001/2013.** Brasília: PNUD, 2014.

FURIATI, Nídia Maria de Ávila. **Juventude e Estado no Brasil: a lógica constitutiva do Conselho Nacional de Juventude no Governo Lula.** Tese (doutorado). Universidade de Brasília, DF, 2010.

GIFE (Grupo de Institutos, Fundação e Empresas). **Censo GIFE Juventude.** São Paulo, 2008.

HILL, Michael. “Implementação: uma visão geral”. In: SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas: coletânea.** Brasília: ENAP, 2006, v.2.

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 13ª Ed., São Paulo: Cortez, 2000.

IBGE. **As fundações privadas e as associações sem fins lucrativos no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2005/fasfil.pdf>. (acessado em 25.jul.2014).

MANNING, Nick et al (2009). “Reformas de Gestão Pública: o que a América Latina tem a aprender com a OCDE?”. In: Medeiros, Paulo César e Evelyn Levy (orgs.), **Novos Caminhos da Gestão Pública: olhares e dilemas.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009.

MEDEIROS, Paulo César e Evelyn Levy (orgs.). **Novos Caminhos da Gestão Pública: olhares e dilemas.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. “Conceito de avaliação por triangulação de métodos”. In: Minayo, Maria Cecília de Souza(org.). **Avaliação por triangulação de métodos - Abordagem de Programas Sociais.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Ednilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia; SANTOS, Nilton César dos. “Métodos, técnicas e relações em triangulação”. In: Minayo, Maria Cecília de Souza (org.). **Avaliação por triangulação de métodos - Abordagem de Programas Sociais.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Avaliação por triangulação de métodos - Abordagem de Programas Sociais.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

NERI, Marcelo Cortes (Coord.). **Educação e Trabalho do Jovem no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. **Tirando os Acordos do Papel: um manual para jovens avaliarem a política nacional de juventude.** 2004. Disponível em

<http://www.un.org/esa/socdev/unyin/documents/porttoolkit.pdf> (acessado em 26.jul.2014).

PAPA, Fernanda de Carvalho e FREITAS, Maria Virgínia (orgs.). **Juventude em Pauta: Políticas Públicas no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2011.

SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos. **A(s) Juventude(s) e a construção das políticas públicas no Brasil: avanços e perspectivas**. 2011. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2011.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SPINK, PETER. **Avaliação democrática: propostas e práticas**. Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids. Rio de Janeiro, 2001.

SPOSITO, M. P. (Coord.). **Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo das ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras**. São Paulo: Global, 2007.

SUBIRATS, Joan, KNOWEPFEL, Peter, LARRUE, Corinne e VARONE, Frédéric. **Análisis y gestión de políticas públicas**. Barcelona, Editorial Planeta, 2012, 2ª edición.

WASELFISZ, Júlio Jacobo (org.). **Juventude Viva: Homicídios e Juventude no Brasil - Mapa da Violência 2013**. Governo Federal: Secretaria-Geral da Presidência da República. Brasília, 2013.

WASELFISZ, Júlio Jacobo (org.). **Mapa da Violência 2013 – Mortes Matadas por Armas de Fogo**. Brasília: CEBELA-Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos e FLACSO-Brasil, 2013.

Sites consultados durante a pesquisa:

IBGE: www.ibge.gov.br

IPEA: www.ipea.gov.br

Nossa São Paulo: www.nossasaopaulo.org.br

PNUD: www.pnud.org.br/idh

SEADE: www.seade.sp.gov.br

Sistema de Monitoramento de Políticas Públicas de Igualdade Racial:
www.monitoramento.seppir.gov.br

8. ANEXOS

Anexo 1: Lista de entrevistados

Nome	Cargo, função e/ou organização
Andrea Arruda	Educadora do Projeto Violência de Gênero e Justiça Restaurativa do CDHEP (Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo)
Carolina Diniz	Coordenadora do CDHEP
Eliane Barbosa da Conceição	Doutora em Administração de Empresas pela FGV-EAESP, atuou como consultora do Plano Juventude Viva
Fabiana Ivo	Articuladora do projeto Jovens Facilitadores de Práticas Restaurativas do CDHEP
Fernanda Arantes	Coordenadora-adjunta da Coordenação de Políticas para Juventude da Prefeitura de São Paulo
Fernanda Papa	Coordenadora Nacional do Plano Juventude Viva, da Secretaria Nacional de Juventude
Gabriel Medina	Coordenador-geral da Coordenação de Políticas para Juventude da Prefeitura de São Paulo
José Silva	Educador do Projeto Observatório do CDHEP
Luiz Donizette Pinto Araújo	Assistente de direção no Centro para Crianças e Adolescentes Riviera, da Sociedade Santos Mártires
Marcio Bhering	Articulador do projeto Jovens Facilitadores de Práticas Restaurativas do CDHEP
Milena Mateuzi	Coordenadora do Projeto Jovens Facilitadores de Práticas Restaurativas do CDHEP
Roberth Miniguine Tavanti	Pesquisador do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica)

Anexo 2: Lista dos 142 municípios priorizados no Plano Juventude Viva (Datus/Sim, 2010 - 132 municípios e Datus/Sim 2011- 10 novos municípios).

Posição	Nome do Município	Estado	Região	População total - Censo 2010	Pop 15 a 29 anos total	Pop de 15 a 29 anos - Negra	Total de mortes por agressão - pop geral - 2010 - por ocorrência	Taxa de mortalidade por homicídios (100 mil habitantes) - 2010 - por ocorrência	Total de mortes por agressão - negros de 15 a 29 anos - 2010 - por ocorrência	Taxa de mortalidade por homicídios - negros de 15 a 29 anos - 2010 - por ocorrência
1	Salvador	BA	Nordeste	2.675.656	753.900	613.093	1.485	55,50	966	157,56
2	Maceió	AL	Nordeste	932.748	258.424	163.507	1.026	110,00	543	332,10
3	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	6.320.446	1.523.960	791.355	1.549	24,51	522	65,96
4	Manaus	AM	Norte	1.802.014	541.362	394.422	842	46,73	481	121,95
5	Belém	PA	Norte	1.393.399	398.861	291.027	760	54,54	477	163,90
6	Recife	PE	Nordeste	1.537.704	406.620	241.155	888	57,75	473	196,14
7	Brasília	DF	Centro oeste	2.570.160	734.970	433.670	880	34,24	450	103,77
8	Ananindeua	PA	Norte	471.980	140.362	106.050	744	157,63	418	394,15
9	Fortaleza	CE	Nordeste	2.452.185	718.613	453.717	1.202	49,02	407	89,70
10	Belo Horizonte	MG	Sudeste	2.375.151	632.250	345.446	838	35,28	390	112,90
11	João Pessoa	PB	Nordeste	723.515	203.361	112.205	581	80,30	358	319,06
12	São Paulo	SP	Sudeste	11.253.503	2.908.498	1.184.058	1.460	12,97	358	30,24
13	São Luís	MA	Nordeste	1.014.837	320.779	227.148	569	56,07	316	139,12
14	Duque de Caxias	RJ	Sudeste	855.048	219.901	143.462	542	63,39	223	155,44
15	Feira de Santana	BA	Nordeste	556.642	162.573	131.409	342	61,44	198	150,67
16	Goiânia	GO	Centro oeste	1.302.001	376.011	198.405	518	39,78	195	98,28
17	Serra	ES	Sudeste	409.267	118.080	82.294	384	93,83	175	212,65
18	Vitória de Conquista	BA	Nordeste	306.866	86.509	59.521	265	86,36	152	255,37
19	Jaboatão dos Guararapes	PE	Nordeste	644.620	173.311	109.935	281	43,59	151	137,35
20	Nova Iguaçu	RJ	Sudeste	796.257	202.630	131.069	321	40,31	139	106,05
21	Marabá	PA	Norte	233.669	73.080	57.555	249	106,56	136	236,30
22	Itabuna	BA	Nordeste	204.667	57.038	44.647	210	102,61	132	295,65
23	Natal	RN	Nordeste	803.739	231.606	126.537	260	32,35	131	103,53
24	Contagem	MG	Sudeste	603.442	167.095	102.104	254	42,09	127	124,38
25	Vitória	ES	Sudeste	327.801	88.781	47.834	220	67,11	124	259,23
26	Campina Grande	PB	Nordeste	385.213	107.651	60.674	218	56,59	122	201,07
27	Betim	MG	Sudeste	378.089	108.011	73.412	215	56,86	121	164,82
28	Simões Filho	BA	Nordeste	118.047	34.636	29.752	183	155,02	120	403,33
29	Teresina	PI	Nordeste	814.230	245.035	174.852	251	30,83	115	65,77
30	Arapiraca	AL	Nordeste	214.006	61.072	38.969	223	104,20	114	292,54
31	Lauro de Freitas	BA	Nordeste	163.449	46.551	36.597	163	99,73	112	306,04
32	Aracaju	SE	Nordeste	571.149	166.259	112.628	240	42,02	112	99,44
33	Cuiabá	MT	Centro oeste	551.098	159.943	106.241	221	40,10	107	100,71

34	Vila Velha	ES	Sudeste	414.586	110.535	64.449	215	51,86	106	164,47
35	Canadá	ES	Sudeste	348.738	96.182	65.825	253	72,55	106	161,03
36	Porto Alegre	RS	Sul	1.409.351	351.676	78.002	518	36,75	106	135,89
37	Macapá	AP	Norte	398.204	124.303	90.008	195	48,97	100	111,10
38	Olinda	PE	Nordeste	377.779	96.720	61.009	159	42,09	97	158,99
39	Porto Velho	RO	Norte	428.527	132.835	92.537	214	49,94	88	95,10
40	Porto Seguro	BA	Nordeste	126.929	36.526	27.434	160	126,05	86	313,48
41	Caruaru	PE	Nordeste	314.912	89.845	45.155	153	48,59	83	183,81
42	Imperatriz	MA	Nordeste	247.505	74.772	51.479	138	55,76	77	149,58
43	Aparecida de Goiânia	GO	Centro oeste	455.657	135.670	86.415	161	35,33	77	89,10
44	Guarulhos	SP	Sudeste	1.221.979	329.464	157.098	247	20,21	75	47,74
45	Camaçari	BA	Nordeste	242.970	75.000	61.410	123	50,62	74	120,50
46	Ilhéus	BA	Nordeste	184.236	49.614	39.229	120	65,13	73	186,09
47	Luziânia	GO	Centro oeste	174.531	49.261	32.013	113	64,74	72	224,91
48	São Gonçalo	RJ	Sudeste	999.728	244.626	140.159	202	20,21	72	51,37
49	Teixeira de Freitas	BA	Nordeste	138.341	39.594	28.817	121	87,47	69	239,44
50	Águas Lindas de Goiás	GO	Centro oeste	159.378	46.396	31.822	100	62,74	69	216,83
51	Cabo de Santo Agostinho	PE	Nordeste	185.025	52.998	36.351	132	71,34	69	189,82
52	Mossoró	RN	Nordeste	259.815	75.342	42.683	137	52,73	68	159,31
53	Paulista	PE	Nordeste	300.466	77.968	47.587	125	41,60	66	138,69

54	Várzea Grande	MT	Centro oeste	252.596	73.306	52.203	139	55,03	66	126,43
55	Marituba	PA	Norte	108.246	32.778	25.354	111	102,54	65	256,37
56	Curitiba	PR	Sul	1.751.907	463.816	98.285	979	55,88	64	65,12
57	Eunápolis	BA	Nordeste	100.196	28.543	21.328	93	92,82	59	276,63
58	Valparaíso de Goiás	GO	Centro oeste	132.982	39.709	25.700	94	70,69	58	225,68
59	Campos dos Goytacazes	RJ	Sudeste	463.731	118.953	63.082	193	41,62	57	90,36
60	São João de Meriti	RJ	Sudeste	458.673	114.468	74.761	135	29,43	57	76,24
61	Campo Grande	MS	Centro oeste	786.797	217.420	105.661	171	21,73	57	53,95
62	Ribeirão das Neves	MG	Sudeste	296.317	84.478	61.433	98	33,07	52	84,65
63	Montes Claros	MG	Sudeste	361.915	106.926	73.507	92	25,42	52	70,74
64	Santa Rita	PB	Nordeste	120.310	32.694	21.934	80	66,49	50	227,96
65	Governador Valadares	MG	Sudeste	263.689	69.361	46.899	115	43,61	50	106,61
66	Caucaia	CE	Nordeste	325.441	96.813	68.841	146	44,86	49	71,18
67	Valença	BA	Nordeste	88.673	25.679	21.493	90	101,50	47	218,68
68	Alagoinhas	BA	Nordeste	141.949	40.154	33.149	77	54,24	47	141,78
69	Rio Verde	GO	Centro oeste	176.424	54.625	31.079	94	53,28	45	144,79
70	Linhares	ES	Sudeste	141.306	40.064	26.510	79	55,91	43	162,20
71	Itaboraí	RJ	Sudeste	218.008	54.000	35.194	107	49,08	42	119,34
72	Paraupabas	PA	Norte	153.908	52.381	39.801	81	52,63	41	103,01
73	Petrolina	PE	Nordeste	293.962	87.341	59.376	82	27,89	41	69,05

74	Castanhal	PA	Norte	173.149	53.331	40.143	98	56,60	39	97,15
75	Maracanã	CE	Nordeste	209.057	64.171	44.289	100	47,83	39	88,06
76	São Mateus	ES	Sudeste	109.028	30.360	22.195	74	67,87	38	171,21
77	Paragominas	PA	Norte	97.819	30.810	24.213	100	102,23	37	152,81
78	Santa Luzia	MG	Sudeste	202.942	55.270	39.992	73	35,97	37	92,52
79	Londrina	PR	Sul	506.701	131.135	36.060	140	27,63	36	99,83
80	Juazeiro	BA	Nordeste	197.965	56.983	42.236	94	47,48	36	85,24
81	Nossa Senhora do Socorro	SE	Nordeste	160.827	47.068	34.937	58	36,06	35	100,18
82	Bayeux	PB	Nordeste	99.716	27.810	17.252	59	59,17	34	197,08
83	Ibiritê	MG	Sudeste	158.954	44.736	30.754	55	34,60	33	107,30
84	Rondonópolis	MT	Centro oeste	195.476	55.372	32.656	79	40,41	33	101,05
85	Diadema	SP	Sudeste	386.089	108.022	55.520	130	33,67	33	59,44
86	Taiândia	PA	Norte	79.297	26.193	19.644	68	85,75	32	162,90
87	Paulo Afonso	BA	Nordeste	108.396	29.136	19.650	64	59,04	32	162,85
88	Igarassu	PE	Nordeste	102.021	27.701	19.793	52	50,97	32	161,67
89	Foz do Iguaçu	PR	Sul	256.088	69.104	25.277	187	73,02	32	126,60
90	Juazeiro do Norte	CE	Nordeste	249.939	72.501	47.911	64	25,61	32	66,79
91	Uberlândia	MG	Sudeste	604.013	165.891	74.330	152	25,17	32	43,05
92	Araguaína	TO	Norte	150.484	47.719	33.674	61	40,54	31	92,06
93	Boa Vista	RR	Norte	284.313	88.885	64.422	81	28,49	31	48,12
94	Campinas	SP	Sudeste	1.080.113	282.569	101.370	192	17,78	31	30,58

95	Cabo Frio	RJ	Sudeste	186.227	46.803	25.431	87	46,72	30	117,97
96	Anápolis	GO	Centro oeste	334.613	89.556	48.776	100	29,89	30	61,51
97	Novo Gama	GO	Centro oeste	95.018	27.433	19.408	47	49,46	29	149,42
98	Açailândia	MA	Nordeste	104.047	31.443	23.503	45	43,25	29	123,39
99	Jequié	BA	Nordeste	151.895	42.421	31.952	71	46,74	29	90,76
100	Niterói	RJ	Sudeste	487.562	113.978	43.739	79	16,20	29	66,30
101	Juiz de Fora	MG	Sudeste	516.247	131.920	58.492	63	12,20	29	49,58
102	Santa Cruz do Capibaribe	PE	Nordeste	87.582	28.985	16.266	40	45,67	28	172,14
103	Osasco	SP	Sudeste	666.740	178.177	76.038	150	22,50	28	36,82
104	Cabedelo	PB	Nordeste	57.944	16.000	9.532	57	98,37	27	283,26
105	Patos	PB	Nordeste	100.674	27.855	14.864	58	57,61	27	181,65
106	Santo Antônio de Jesus	BA	Nordeste	90.985	26.549	21.157	45	49,46	27	127,62
107	Dourados	MS	Centro oeste	196.035	54.891	22.074	95	48,46	27	122,32
108	Volta Redonda	RJ	Sudeste	257.803	63.883	30.915	82	31,81	27	87,34
109	Macaé	RJ	Sudeste	206.728	59.140	35.176	107	51,76	27	76,76
110	Palmas	TO	Norte	228.332	76.789	51.631	51	22,34	26	50,36
111	Rio Branco	AC	Norte	336.038	101.646	73.452	88	26,19	26	35,40
112	Goiana	PE	Nordeste	75.644	20.765	14.605	40	52,88	25	171,17
113	Redenção	PA	Norte	75.556	22.193	16.420	63	83,38	25	152,25
114	Altamira	PA	Norte	99.075	29.619	21.166	64	64,60	25	118,11

115	Camaraçibe	PE	Nordeste	144.466	38.618	25.259	50	34,61	25	98,97
116	Magé	RJ	Sudeste	227.322	58.116	37.963	59	25,95	25	65,85
117	Barcarena	PA	Norte	99.859	30.881	24.845	45	45,06	24	96,60
118	Sobral	CE	Nordeste	188.233	59.120	41.777	52	27,63	24	57,45
119	Marechal Deodoro	AL	Nordeste	45.977	12.896	9.202	33	71,78	23	249,95
120	Abreu e Lima	PE	Nordeste	94.429	24.892	16.513	44	46,60	23	139,28
121	Caxias	MA	Nordeste	155.129	43.879	35.313	42	27,07	23	65,13
122	Sete Lagoas	MG	Sudeste	214.152	59.019	40.104	52	24,28	23	57,35
123	União dos Palmares	AL	Nordeste	62.358	17.482	11.383	44	70,56	22	193,27
124	Dias d'Ávila	BA	Nordeste	66.440	19.636	16.038	41	61,71	22	137,17
125	Crato	CE	Nordeste	121.428	34.752	23.895	43	35,41	22	92,07
126	Formosa	GO	Centro oeste	100.085	28.773	19.038	44	43,96	21	110,31
127	Garanhuns	PE	Nordeste	129.408	35.825	21.416	56	43,27	21	98,06
128	Candeias	BA	Nordeste	83.158	24.276	21.697	39	46,90	21	96,79
129	Angra dos Reis	RJ	Sudeste	169.511	45.028	22.057	63	37,17	21	95,21
130	Tucuruí	PA	Norte	97.128	30.426	22.668	63	64,86	21	92,64
131	Parnamirim	RN	Nordeste	202.456	59.083	30.590	38	18,77	21	68,65
132	Florianópolis	SC	Sul	342.315	117.645	19.618	96	22,79	17	86,66

Código IBGE	Nome do Município	Estado	Região	Total de mortes por agressão - negros de 15 a 29 anos - 2011 - por ocorrência
270860	São Miguel dos Campos	AL	Nordeste	43
270770	Rio Largo	AL	Nordeste	37
317120	Vespasiano	MG	Sudeste	36
320240	Guarapari	ES	Sudeste	33
261640	Vitória de Santo Antão	PE	Nordeste	29
521975	Santo Antônio do Descoberto	GO (RIDE)	Centro-Oeste	29
280290	Itabaiana	SE	Nordeste	26
292100	Mata de São João	BA	Nordeste	25
241200	São Gonçalo do Amarante	RN	Nordeste	24
351870	Guarujá	SP	Sudeste	23

Anexo 3: Lista de Programas e Ações do Plano Juventude Viva no nível federal

Juventude

1. Estação da Juventude
2. Campanha Juventude Viva
3. Rede Juventude Viva

Saúde

4. Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e outras Violências
5. Núcleo de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde (NPVPS)
6. Academias de Saúde
7. Programa Brasil Quilombola

Cultura

8. NUFAC
9. CEUs das Artes
10. Cultura Viva: Pontos de Cultura

Justiça

11. Protejo
12. Mulheres da Paz

Educação

13. Projovem urbano
14. Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.
15. Programa Ensino Médio Inovador – PROEMI
16. Programa Mais Educação
17. Programa Saúde na Escola
18. PRONATEC
19. EJA e EJA Integrado à Qualificação Profissional
20. Brasil Alfabetizado

Trabalho e Emprego

21. Programa Desenvolvimento Regional Territorial Sustentável e Economia Solidária
22. Projovem Trabalhador

Esporte

23. PELC – Projeto Esporte e Lazer da Cidade
24. Programa Segundo Tempo Padrão - PST Padrão
25. Programa Segundo Tempo Esporte na Escola - PST na Escola
26. Programa Segundo Tempo Institutos Federais - PST Instituto Federal
27. Programa Segundo Tempo Navegar - PST Navegar
28. Centro de Iniciação ao Esporte

Desenvolvimento Social e Combate à Fome

29. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – Paif
30. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Scfv)
31. Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)
32. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)
33. Serviço especializado em abordagem social
34. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Profissionalizante - Pronatec/Brasil Sem Miséria

Capacitação de Gestores e Servidores

35. Capacitação para profissionais de Segurança Pública
36. Pacto pela Vida da Juventude Negra no Sistema de Justiça
37. Oficinas para o Enfrentamento à Violência Contra a Juventude Negra no Sistema de Saúde
38. Oficina de Identificação e Abordagem do Racismo Institucional